

# QUE ANIMADORES SOCIOCULTURAIS E QUE FORMAÇÃO PARA O SÉCULO XXI

Marcelino de Sousa Lopes  
*Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro*

Ao analisarmos os modelos de formação de Animadores Socioculturais em Portugal, impõe-se-nos que façamos uma abordagem introdutória, não só sobre alguns relevantes aspetos que se têm apresentado aos Animadores Socioculturais, mas também às várias problemáticas presentes na evolução histórica de uma função que existe para além de uma profissão e, enquanto profissão, possui reconhecimento social. Contudo, o reconhecimento institucional continua a ser uma miragem. Assistiu-se ao longo da história a cíclicos debates, fóruns e discussões sobre questões que se prendem com o conferir a esta função reconhecimento oficial através da criação de uma carreira, um estatuto profissional e um quadro deontológico. O debate tem-se ainda centrado nas seguintes questões: se a Animação é exclusiva dos Animadores, se Animação é propriedade de Animadores profissionais ou de Animadores voluntários, ou de ambos, se os profissionais e os voluntários podem cooperar entre si, se a clássica divisão entre profissionais e voluntários tem razão para existir, se o modelo de formação é exclusivamente a partir da prática, se a formação é apenas conferida a partir da teoria, se a formação é um processo que resulta do cruzamento da teoria com a prática, se a formação é realizada a partir do enfoque artístico, social e educativo ou se a formação assenta na perspetiva bidirecional e dirigida à Animação e aos Animadores.

Durante a História dos Animadores Socioculturais verificou-se em Portugal um debate ideológico em torno do estatuto do Animador Sociocultural, por vezes profícuo, outra estéril, mas que, no fundo, fez acentuar divisões e clivagens muito úteis aos diferentes poderes instituídos que, assim, consideraram que a ausência de um estatuto profissional se devia aos Animadores que continuavam “entretidos” a discuti-lo sem contudo alcançarem consenso. Importa ainda considerar que a perspetiva dualista caracterizada por uma formação e uma função de Animador Sociocultural e uma formação e função para a Animação Sociocultural.

## **1. Anos 70 em Portugal / o primeiro espaço formativo dos Animadores Socioculturais: O Praticismo e o Experiencialismo**

Toda a formação de Animadores Socioculturais realizada nos anos setenta, assenta, numa primeira fase, em métodos experienciais e vivenciais, e, numa segunda fase, em ações formativas de curta duração, realizadas no país e no estrangeiro, nomeadamente em França (INEP/ Marly – Le Roi), ao abrigo de um acordo Luso-Francês, em matéria de formação de Animadores Socioculturais.

Os primeiros formadores portugueses de Animadores possuíam um saber teórico, em domínios diversos, mas não na área da Animação Sociocultural, tendo sido recrutados entre profissionais das áreas das letras, do teatro, da sociologia, da psicologia, da história, da filosofia e entre autodidatas de diversas sensibilidades.

O método utilizado era sobretudo o debate de ideias e tudo se centrava numa divisão dicotómica do mundo, direita e esquerda, bons e maus, fascistas e antifascistas, revolucionários e reacionários. Para ser Animador Sociocultural era exigida a condição de ser apartidário na sua intervenção, não ser de direita, ser progressista, como se refere numa nota sobre uma ação de formação para Animadores da época:

*“ (...) O Animador não pode identificar-se partidariamente perante o grupo, a comunidade ou a população com quem desenvolve o seu trabalho. Neste aspecto (e não só), o animador encontra-se numa situação extremamente delicada e a sua actuação deve ser estritamente correcta. No entanto, não é subestimada, a característica evidente de qualquer Animador: tem que ser, ou melhor, só pode ser, uma pessoa politicamente progressista (não existem – não podem existir, senão como fraude – Animadores de Direita).”*

(Garcia, 1976: p. 23 – DFT/FAOJ. Doc, II)

No plano histórico, importa recorrer e situar as dúvidas trazidas à colação por Garcia (1976) acerca da formação de animadores e partilhar as questões por si levantadas: Formar Animadores porquê? Formar que Animadores? Escolher que Formadores? Que formação? Formar de que maneira? Formar em que Quadro Institucional? Sobre esta questão, a Intervenção - Revista de Animação Sócio-Cultural, n.º 1, de Fevereiro de 1977, na página três, trazia à liça um artigo da responsabilidade da direção intitulado: Animadores – Quem São? E colocava uma série de perguntas de que destacamos, se ser Animador corresponderia à necessidade de se possuir uma formação específica, se a experiência bastaria para se levar a cabo uma eventual ação de Animação, se podia ser considerado Animador um bem intencionado dirigente associativo, dinamizador de atividades imediatistas sem ligação profunda à comunidade mas que encontra nessa tarefa um meio de promoção pessoal, se para ser Animador bastaria ter frequentado uma ação de sensibilização à Animação. E questionava-se ainda, sobre o entendimento a ter acerca de pessoas que, não sendo “intituladas” de Animadores, tiveram uma atuação

fundamental no campo da Animação. Entre estes, refere-se o caso dos professores do ensino primário que, nos meios rurais, não deixaram de exercer ações que não se esgotando em ensinar formalmente as crianças, compreenderam o ato de educar como uma atividade que não exclui a Animação e que passa pela envolvimento da comunidade numa dimensão educativa que superava o convencional espaço formal.

Contudo, é um facto assente que a formação de Animadores em Portugal, nos inícios dos anos setenta assentou num praticismo e isso é-nos relatado por documentos inéditos como o são o caso dos relatórios da DFT do FAOJ, a que tivemos acesso, que nos revelam que para ser Animador Sociocultural era necessário estarem ligados à prática. Este princípio norteador está aliás explícito no relatório do FAOJ, Documento I, que a dado passo afirma:

*“Só vale a pena formar as pessoas que já estão envolvidas nas tarefas que favoreçam o desenvolvimento da consciencialização participante e criadora das populações, das comunidades em que estão inseridas.”*

(Garcia, 1975: p. 3 – DFT/FAOJ. Doc.I)

Este documento evidência ainda uma conjunto de competências que deveriam estar presentes no recrutamento de Animadores e dos quais destacamos: Empenhamento num trabalho do âmbito da ação cultural; Compromisso com o desenvolvimento e aperfeiçoamento de uma sociedade democrática, baseada na liberdade, solidariedade e justiça, o que significava que por princípio, os Animadores só podiam ser recrutados entre pessoas que tinham uma visão progressista, traduzida por uma prática consequente do desenvolvimento do processo histórico; Conhecimento, tão aprofundado quanto possível, da área em que desenvolviam a sua ação e aceitação por parte da população com quem o trabalho era feito; Elevado grau de abertura ao nível intelectual, emocional e relacional; Abertura em oposição à rigidez mental e ao sectarismo. Um Animador deveria possuir ou adquirir uma certa capacidade de ser maleável, não devia impor pontos de vista. Entre os atributos do Animador não devia constar a vontade de liderança, na medida em que essa função deveria ser atribuída a um ou vários elementos do grupo Animado; Facilidade de comunicação e de trabalhar em grupo; Razoável nível de conhecimentos gerais, não no sentido académico, da erudição, mas no sentido da sistematização dos conhecimentos adquiridos e construídos, através da curiosidade, do interesse e da necessidade de ir resolvendo problemas ou clarificando dúvidas fundamentadas. Este requisito prendia-se com a necessidade de combater a ignorância, a alienação, os preconceitos e a autocomplacência; O Animador devia ser, por natureza, uma pessoa inquieta e fundamentalmente insatisfeita. O seu trabalho exigia-lhe a capacidade de articular os seus objetivos e os objetivos dos outros de maneira a abrir pistas que permitissem um alargamento das escolhas possíveis, entre várias alternativas de atuação; Ter prazer naquilo que fazia; entusiasmo, espírito de iniciativa, sentido de organização e de responsabilidade, sobriedade de atuação, persistência, precisão na linguagem, sentido de disponibilidade, uso da imaginação e da capacidade criativa; A vocação para Animador devia implicar o desenvolvimento de uma série de capacidades, nomeadamente, intuição, imaginação, capacidade de reflexão e de interiorização.

As questões colocadas, nos anos 70, sobre se era mais importante a formação de Animadores Socioculturais ou de Animadores Socioeducativos, ou se a formação de Animadores deveria ser direcionada para um perfil de Animador polivalente ou para um perfil de Animador especializado num determinado sector, eram colocadas em função do entendimento que se tinha do âmbito da intervenção de cada um, o qual compreendia:

<b>O Animador Sociocultural</b>	É aquele que na sua atividade privilegia a juventude e a população adulta; utiliza como meios para a sua atuação, suportes de índole cultural existentes e enraizados na comunidade (no sentido circunscrito ao local, à região, ou num sentido mais amplo, da comunidade nacional ou da comunidade universal); os objetivos são determinados, inequivocamente, em função do desenvolvimento do processo de consciencialização participante e criadora das populações, que gradualmente se integram num processo de luta geral pela libertação dos trabalhadores.
<b>Animador Socioeducativo</b>	Privilegia na sua ação a chamada infância e a pré-adolescência, ou seja o escalão etário compreendido entre os 8 e os 14 anos; utiliza como meios para a sua atuação, suportes de índole recreativa e cultural, voltados fundamentalmente para o estímulo da criatividade, sendo os objetivos direcionados para o desenvolvimento integral da personalidade, da capacidade expressiva e da vivência coletiva.
<b>Animador Polivalente</b>	É aquele que pratica um trabalho de animação global de desenvolvimento comunitário; desenvolve uma atividade diversificada nas várias formas de expressão cultural (necessitando de remeter o grupo, em certos momentos, aos Animadores especializados quando existirem, a certos especialistas e aos pólos de criação) e no plano socioeconómico.
<b>Animador Especializado</b>	É aquele que está orientado para uma área específica de Animação; desenvolve uma atividade relacionada com um dos domínios de expressão cultural (por ex. animadores teatrais, animadores de bibliotecas, etc.), embora não abdique dum trabalho favorecedor da perspetiva globalizante (feita a partir da sua forma específica de intervenção cultural).

Fonte: DFT/FAOJ. (1976). Adaptação Própria.

O Despacho Normativo n.º 112/77, que responde a um conjunto de diversas solicitações sectoriais, dá forma legal às propostas apresentadas ao Conselho da Europa pelos Serviços das Secretarias de Estado da Cultura, da Juventude e Desportos e da Orientação Pedagógica, que preconizavam a realização de seminários de formação de Animadores integrados numa política global de Animação Sociocultural e de fomento da democracia cultural. Enunciava que os referidos seminários, e outras ações para a formação de Animadores, seriam programadas de acordo com as linhas gerais preconizadas pelo Conselho de Cooperação Cultural do Conselho da Europa, adotadas na sequência do projeto “Animação – Uma política integrada de animação sócio-cultural”, desenvolvido no âmbito do Comité de Educação Extra – Escolar e do Desenvolvimento Cultural do mesmo Conselho. Assumiam-se igualmente as resoluções tomadas na primeira conferência dos Ministros Europeus responsáveis pela Cultura, realizada em Oslo no ano de 1976, e recomendava-se a urgência de desenvolver políticas nacionais de Animação Sociocultural.

## **2. A Formação de Animadores Socioculturais nos anos 80, O percurso entre a formação prática e experiencial e entre o espaço formativo não formal, informal e formal.**

Entramos nos anos oitenta com modelos de formação trazidos dos anos setenta. A formação de Animadores foi percorrendo um trajeto relacionado com as questões da prática da Animação, formação-investigação, formação-instrumental, formação em serviço, formação complementar, de que resultou a criação de um corpo crescente de novos profissionais sem estatuto fixo e com alguma tendência para exercerem a função de forma provisória. Na primeira metade dos anos oitenta, assiste-se ao reforço de uma defesa da prática da Animação como meio importante de formação de Animadores, e esta tendência é partilhada por conceituadas vozes vindas do exterior como é o caso de Gelpi que, numa entrevista à Intervenção – Revista de Animação Sociocultural, n.º15, de Março/Abril, 1980, defende uma formação em exercício e preconiza que fosse vedado o acesso à função de Animadores a jovens sem experiências nem vivências:

*“ (...) Sou contra formar jovens (18/19 anos) para se tornarem educadores de adultos, animadores, porque não têm experiência nem formação, isso é completamente negativo para a sua formação e a sua função futura de animação. (...) Não sou contra a formação. Sou contra a formação inicial de pessoas jovens que têm uma incompetência real. Se há escolas desse tipo e jovens que pensam nelas, o meu conselho é que eles sofram um desvio e passem 2/3 anos em experiências reais. São pessoas que poderão tornar-se por vezes, perigosas, se não têm experiência na oficina, no campo, na vida associativa, nas actividades artísticas, etc.”*

(Ettore Gelpi, 1980: p. 10)

A instituição Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ) assume a necessidade de se formarem Animadores. Em 1983, foi criado, no seio da Divisão de Formação Técnica (DFT do FAOJ), um grupo de trabalho coordenado por Luís Patrão e composto por Cecília de Jesus, Silvina Santos, Otília Campos e Afonso Alves, a quem foi pedido que elaborassem um profundo estudo sobre a situação de Animadores, que incluísse os seguintes itens: a necessidade de se formarem Animadores culturais; o conceito de formação de Animadores; a formação e o Animador; a formação: conteúdos e objetivos; os formadores de Animadores.

Acerca da formação e do âmbito da intervenção dos Animadores foi considerado que, mais que uma nova profissão, o trabalho do Animador consistia numa prática inovadora, baseada numa metodologia de atuação com características próprias. A necessidade de Animadores justificava-se, portanto, num contexto marcado por problemas da comunicação interpessoal, pelo conformismo e a resignação, pela massificação, pelas dificuldades de adaptação, pela necessidade de se gerar convivência e pelo facto de os tempos livres não serem ocupados mas sim animados. A necessidade social de Animadores residia ainda no facto de terem de ser adotadas novas formas de

intervenção que exigiam uma intervenção nos domínios económico, social, cultural, educativo e político, áreas nas quais estes agentes de desenvolvimento deveriam ser capazes de articular a imaginação com a intuição, de modo a desenvolverem programas que tinham por objetivo último contribuir para a autonomia das pessoas.

Quanto ao conceito de formação de Animadores, ele tem vindo a ser formulado em função da recusa da ideia da escolarização, que tem como princípio muita ação e pouca reflexão e o dirigismo, que anula um sistema formativo horizontal marcado pela máxima “ninguém forma ninguém”.

A verdade é que a teorização na história da Animação e da formação de Animadores aparece claramente desfasada da ação dos Animadores. A teoria produzida recolhe contributos dos profissionais de outras áreas, nomeadamente sociólogos, mas também psicólogos, historiadores, antropólogos e escritores, e não de Animadores, que se têm mostrado incapazes de fazerem teoria a partir da prática.

Realçamos, de seguida, as quatro tendências influenciadoras de posturas de Animadores que mais repercussões têm tido no plano formativo.

Tendência libertária:	Aquilo que se costuma apelar de “animação selvagem”; é normalmente praticada por pessoas que se intitulam de animadores mas que são meros agentes culturais.
Tendência pragmática ou utilitária:	É a animação que se baseia no poder de adaptação e de cooperação de cada indivíduo. O seu objetivo é o de proporcionar uma integração social passiva.
Tendência Idealista ou missionária:	Baseia-se fundamentalmente no favorecimento prioritário das capacidades individuais os seus objetivos são a compensação espiritual e o bem-estar moral.
Tendência Burocrática ou a burocratização da animação:	Pensa-se que o animador é um mero tecnocrata ou o burocrata da cultura. É a pessoa que organiza as ajudas e os pedidos impondo normas, regras e critérios. Obviamente, que aqui estamos a falar do “gestor cultural” que tem muito pouco a ver com o animador cultural

(Relatório da Divisão de Formação Técnica de Animadores: FAOJ, 1983: p. 10)

Assiste-se nos anos 80 a uma necessidade de se articular a ação com a reflexão ou o propósito de se fazer teoria a partir da prática. Neste contexto regista-se a importante iniciativa organizada pela DGAC – Direcção Geral de Acção Cultural, realizada no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, que decorreu em Lisboa de 29 a 31 de Outubro de 1980, e relacionada com a formação de Animadores, juntando os profissionais e voluntários, foram apresentados e discutidos os mais diversos assuntos, organizados segundo três eixos: O da constatação que a Animação e a formação de Animadores devem centrar-se em situações reais; nesse sentido, foram analisadas as seguintes situações: - o que tem vindo a ser a formação de Animadores, o que pensam e o que fazem os Animadores (ecos das suas práticas), a investigação que se começou a desenvolver em torno da Animação; O da reflexão sobre as diferentes interações sociais mediante a caracterização dos níveis e da qualidade de participação, bem como as implicações ético-políticas ligadas ao ato de intervir; O da transformação social em curso, e a relevância que as novas práticas da Animação podem desempenhar, no sentido de conferir às novas condutas sociais uma dimensão gratificante e humanizada.

Nos finais da década de 80 salienta-se a proposta de formação de Animadores Socioculturais de longa duração, apresentada ao Secretário de Estado da Juventude, da autoria da técnica e investigadora Cecília de Jesus, técnica da DFT/FAOJ, datada de 29 de Março de 1988. Para fundamentar a dita proposta do então Secretário de Estado da Juventude, foi sugerido um Plano de Formação em vários tipos de ciclos de formação de Animadores.

O Plano de Formação centra-se na formação de Animadores profissionais para ser executado em três anos. Pretendia-se garantir aos candidatos a Animadores uma formação pluridisciplinar assente numa dimensão teórico-prática (ação-investigação-ação), implicando uma avaliação e uma autoavaliação contínuas. Esta formação era concebida em 6 ciclos ou unidades de formação contínua obrigatória, com a duração mínima de 150 horas cada, e acrescida de 2 ciclos ou unidades de formação opcionais, ou seja, à escolha do próprio formando em áreas de ciências humanas/sociais e/ou em áreas artístico-culturais, com a duração mínima de 200 horas cada ciclo. Relativamente ao seu perfil profissional, considera-se que estes técnicos atuam junto dos diferentes grupos etários na dinamização de atividades de ocupação de tempos livres e no desenvolvimento de ações formativas, contribuindo para a estruturação da personalidade. Promovem, apoiam e orientam atividades de carácter social, cultural e educativo junto de crianças, adultos e idosos, em centros sociais, estabelecimentos de assistência e instituições públicas e privadas.

Nos finais dos anos 80 a formação de Animadores entra no ensino superior privado. Atento às exigências de formação nos domínios da Animação e dos Animadores, e decorrendo da expansão do ensino superior privado verificada em Portugal a partir dos anos 80, foi criado, em 1986, o primeiro curso superior de Animação Cultural, da responsabilidade da Cooperativa de Ensino Superior Artístico, Árvore I, autorizado pelo Despacho 129/MEC/86, de 28 de Junho de 1986, e ao qual se conferia o grau académico de bacharelato.

Importa evidenciar que o seu plano se enquadra na premissa da difusão cultural/democratização cultural dado o mesmo centrar-se em áreas do conhecimento muito direccionadas para a componente de uma Animação difusora da cultura e das artes.

No último ano da década de oitenta surge através da Portaria n.º 943/89, o Curso Superior de Animação Cultural, pelo Instituto Superior de Ciências Educativas – ISCE. Este curso é autorizado a iniciar, a partir do ano letivo 1989-1990. A leccionação e o seu plano de estudos inicia uma tentativa de se estender à dimensão triádica da Animação Sociocultural, já que contempla as vertentes do social, cultural e educativa.

### **3. Formação de Animadores Socioculturais nos anos 90: A pluralidade da oferta formativa nos domínios da Animação Sociocultural e dos Animadores Socioculturais**

Os anos noventa caracterizam-se pela vitalidade formativa nos domínios da Animação Sociocultural e dos Animadores Socioculturais. Paradoxalmente à medida que a formação nesta área aumenta cresce a vontade da administração central em se desvincular da Animação e dos Animadores e de a transferir para a periferia, ou seja, para

o poder local. A nível não universitário é apresentada uma formação para a Animação, não reconhecida em termos de certificado e uma formação profissional reconhecida; a nível superior é apresentada uma formação reconhecida e assente nos seguintes graus académicos: Bacharelato, CESE, DESE e Licenciaturas. De forma sintética vamos fazer alusão aos referidos modelos:

- Formação de Animadores voluntários de curta duração feita através de associações, centros culturais e dirige-se a jovens com o 9.º ano de escolaridade. Apresenta uma carga formativa entre 45 a 135 horas e geralmente é entendida como uma fase de sensibilização à Animação. Destina-se a formar jovens para intervirem em centros de férias, tempos livres e apoio ao associativismo.

- Uma ação de formação de média duração e levada a cabo através de sindicatos, associações, IPJ e Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS). Destina-se a jovens dos 18 aos 24 anos, com o 9.º ano de escolaridade. A formação é estimada em 750 horas distribuídas por formação teórica (50%) e estágio prático (50%). Destina-se a formar jovens Animadores para intervirem junto de associações, centros de juventude e serviços locais.

A formação a nível profissional compreende uma equiparação ao ensino secundário e é ministrada em: Institutos de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Escolas Profissionais. Apresenta certificados profissionais reconhecidos, que conferem o acesso a uma profissão ou o acesso ao ensino superior. Os candidatos devem possuir o 9.º ano de escolaridade e 15 anos de idade mínima. A formação prolonga-se durante três anos, a que corresponde um volume estimado em 3000 horas. A formação teórica tem um peso calculado em 55% e a prática em 45%. Corresponde aos níveis I, II e III com equiparação ao 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade. O perfil técnico corresponde ao Animador Sociocultural, Animador Social, Animador Geriátrico e destina-se a intervir na comunidade. A formação de nível superior: realizada em Universidades Públicas e Privadas, Institutos Públicos e Privados e Escolas Superiores de Educação Públicas e Privadas dentro de uma configuração assente em 3 vetores:

- Curso superior médio, confere o grau de bacharelato reconhecido pelo estado. Para aceder a estes cursos os candidatos devem possuir uma idade estimada entre os 17 e os 18 anos e serem portadores do 12.º ano de escolaridade. A formação ministrada distribui-se por três anos, calculada em três mil horas distribuídas por módulos teóricos (60 a 70%) e estágio prático entre (30 a 40 %).

- Cursos de Complemento, denominados como CESE – Curso de Estudos Superiores Especializados ou DESE – Diplomas de Estudos Superiores Especializados. Apresentam, normalmente, uma duração de dois anos e o seu objetivo é de complementaridade e de formação de quadros. Estes são ministrados em Institutos, Escolas Superiores de Educação ou Universidades. Conferem um certificado reconhecido pelo Estado. Condições de acesso: Os candidatos têm de ser possuidores de um título Universitário de Grau: Bacharelato ou Licenciatura e conferem aos Bacharéis o grau de Licenciados e aos licenciados uma pós graduação para a progressão na carreira.

- Licenciatura é conferida por Universidades, Institutos de Ensino Superior e Escolas Superiores de Educação Públicas e Privadas. Os candidatos são obrigados a possuir o 12.º ano de escolaridade ou equivalente. A formação decorre ao longo de 4/5

anos distribuídos por módulos teóricos e estágios práticos. Visa formar profissionais de nível superior em Animação Socioeducativa, Animadores Socioculturais, Animadores Sociocomunitários, Animadores culturais.

#### 4. Breve panorama formativo de Animadores Socioculturais em alguns países da União Europeia

Em 1992, a Comissão Europeia divulgava através de um relatório elaborado por C.G. Lazos para a Task Force Recursos Humanos, Educação, Formação e Juventude os modelos de formação de Animadores nos diferentes estados membros, com base neste documento e ainda tendo como referência outros estudos de que se destacam Castro (1989), Besnard (1991), López de Ceballos e Maria Salas (1991), Ander-Egg (1992), Monera (1992), Gillet (1995), Ventosa (1997) e Cembranos/ Montesinos/ Bustelo (1997). Apresentamos de seguida, de forma sumária, os modelos de formação de Animadores em vigor nos diferentes países da atual União Europeia.

País	Modelo de Formação	Reconhecimento da Profissão do Animador Sociocultural	Principais eixos formativos
Bélgica – Comunidade Francesa	Voluntária, profissional e universitária.	A profissão não se encontra regulamentada.	Quadro formativo com base nas ciências humanas e sociais
Bélgica – comunidade flamenga	Animadores voluntários, Animadores profissionais e Animadores de nível superior realizada em universidades.	A profissão não se encontra regulamentada.	Quadro formativo com base nas ciências humanas e sociais
Dinamarca	Formação de Animadores voluntários, formação de Animadores profissionais e formação superior especial.	A profissão não se encontra regulamentada. 95% dos animadores trabalham em associações e em regime de voluntariado.	Pedagogia Social e Comunitária/ Educação Social/ Desenvolvimento Comunitário e Intervenção Socioeducativa
República Federal da Alemanha	Quatro níveis de Pedagogia Social: (Escola Superior Profissional 1, 2 e 3) e nível universitário	Não existe a nomenclatura Animador Sociocultural e para a função de Pedagogo é exigido qualificação.	Pedagogia Social, Educação e Desenvolvimento comunitário e Pedagogia dos tempos livres
Espanha	Formação de Animadores voluntários, formação de Animadores profissionais e formação de Animadores de nível superior	A profissão não se encontra regulamentada.	Educação Social, Educação do Tempo Livre, Ócio e Desenvolvimento Comunitário.
França	Voluntariado, profissional e universitário. (existência da uma oferta formativa variada tendo em conta a tríade descrita)	A profissão não se encontra regulamentada., os diplomas são conferidos pelo Ministério da Juventude e Desportos.	Intervenção Socioeducativa, Pedagogia do tempo livre, Pedagogia do Lazer e intervenção comunitária.
Grécia	Existem dois sistemas não universitários	A profissão não se encontra regulamentada.	Pedagogia do Tempo Livre e Intervenção Socioeducativa

Irlanda	A formação é de nível Superior	A profissão não se encontra regulamentada.	Pedagogia Social, Pedagogia do Ócio, Educação e Desenvolvimento comunitário
Itália	Modelo de formação: profissional e universitária.	A profissão não se encontra regulamentada.	Educação Social, Pedagogia do Tempo livre, Educação Artística e Desenvolvimento Comunitário
Luxemburgo	Modelo de formação: direcionada para Animadores voluntários e assente em três tipologias de Animadores: Animador/Monitor, Animador e Diretor.	A profissão não se encontra regulamentada.	Pedagogia do Tempo Livre, Lazer, Intervenção Socioeducativa e Associativismo
Países Baixos	Modelo de formação: profissional e universitária.	A profissão não se encontra regulamentada.	Pedagogia Social, Pedagogia do Ócio, Educação comunitária
Reino Unido	Nível Superior e Profissional	A profissão não se encontra regulamentada.	Desenvolvimento Comunitário, Trabalho Comunitário, Educação Comunitária, Pedagogia Social.

Estudo comparativo ao nível da formação de Animadores nos diferentes países da União Europeia.

<b>O reconhecimento da formação</b>	Ressalta, na esmagadora maioria dos países – membros, o reconhecimento dos cursos ministrados no espaço formal. Regista-se, todavia, um outro espaço de formação não formal e normalmente ligado ao movimento associativo e que não possui reconhecimento.
<b>O acesso à função de Animador</b>	As formas de acesso à carreira profissional de animador bem como da respetiva formação apresentam, atualmente, uma enorme diversidade que normalmente, corresponde à variedade de programas, atividades e serviços levados a cabo no contexto da Animação. Todavia, existe a tendência para o reagrupamento das diferentes situações e a adoção de normas conducentes a uma definição mais precisa dos perfis profissionais, uma programação mais coerente dos métodos e dos conteúdos de formação, bem como um certo paralelismo entre as iniciativas tomadas no domínio da formação de Animadores e a evolução da Animação.
<b>Conteúdos formativos</b>	Apresentam alguns elementos estruturais comuns, como a repartição em cursos teóricos e estágios práticos ou o escalonamento de matérias nucleares à volta das seguintes matérias: ciências sociais, psicologia, dinâmica de grupos, técnicas de animação, legislação social, estudo da comunidade, conceção, gestão e avaliação de projetos. Assiste-se, igualmente, a uma certa tensão entre a procura de uma formação polivalente e generalista e uma formação de Animadores cada vez mais especializados para intervir em situações, meios e destinatários específicos.
<b>Dimensão Europeia</b>	Nota-se, de uma forma geral, a ausência de tentativas de nivelar e articular a formação de animadores numa perspetiva que tenha como base a problemática conferida pelo espaço europeu.
<b>O Reconhecimento da Profissão</b>	Os Estados membros apresentam uma visão contraditória e até antagónica da situação. Todos os Países reconhecem a função do Animador e das profissões afins, mas também em todos os países não é reconhecida nem regulamentada a profissão de Animador.

Fonte: Elaboração Própria.

Ao compararmos o sistema de formação de Animadores nos diferentes países da União Europeia deparamos com uma acentuada diversidade de qualificações e perfis profissionais. Estas diferenças estão bem patentes e têm a ver com a importância histórica que cada país confere à Animação. Todavia, podemos observar tendências significativas

que decorrem nomeadamente do desenvolvimento atual dos sistemas de formação, e ainda das questões relacionadas sobretudo com a formação de Animadores profissionais.

## **5. A Formação de Animadores Socioculturais no Século XXI**

### **5.1. Os Inquietantes sinais para a Animação Sociocultural e Animadores Socioculturais**

A Animação Sociocultural, em Portugal, e em diferentes contextos do mundo, encontra-se num estágio de evolução cuja complexidade importa refletir mediante um discurso que revele a validade e a imprescindibilidade sociais da sua atuação. Este dever imperioso inscreve-se numa cidadania ativa que urge desenvolver face aos muitos problemas existentes na sociedade portuguesa e que nunca é demais recordar:

- Desintegração humana: social, cultural, familiar, política, educativa;
- Debilidade dos movimentos sociais, nomeadamente: associações, sindicatos, organizações populares de base, que num passado recente, respondiam às insuficiências do poder;
- Democracia calendarizada, ritualizada e desligada do sentido da vida quotidiana e cada vez mais ligada a um sistema partidocrático fraturante e leitor de uma realidade parcial;
- Delegação representativa em vez de participação assumida pela via do compromisso social;
- Gestão cultural do produto em vez da cultura do processo;
- Visão multicultural e intercultural desligada de uma valorização educativa cada vez mais associada a fenómenos de exclusão;
- Desigualdades sociais geradoras de injustiças gritantes;
- Ausência de uma cultura da vivência e da convivência, predominando uma “cultura” virtual alienante, desfasada da vida e assente no virtual, onde as pessoas vivem a partir da vida dos outros;
- Comunicação mecânica, onde se fala a partir do telemóvel, da Internet, impedindo a pessoa do diálogo humano;
- Dependência de fármacos, nomeadamente antidepressivos, geradores de dependências psicossomáticas, devido à ausência de programas de Animação Sociocultural fomentadores de convívio e promotores de uma vida com sentido;
- Desintegração do meio rural e grande concentração humana na faixa litoral do território, provocando desequilíbrios ambientais, culturais, sociais;
- Desagregação do sector primário e debilidade do sector produtivo secundário, originando uma concentração de recursos humanos na área dos serviços, causadora de desajustes no tecido social;
- A permanente apologia da “cultura” manipuladora, irreflexiva, acrítica e acéfala destinada a dominar as pessoas.

## **5.2. Problemas e Dilemas na Formação Função dos Animadores Socioculturais no Século XXI**

Ao refletirmos sobre a intervenção do Animador Sociocultural em Portugal e dos seus níveis formativos salientámos algumas questões que nos parecem pertinentes e que explicam o percurso de um conjunto de profissionais que, ao longo da história da Animação Sociocultural em Portugal, tiveram reconhecimento social pela ação realizada junto das populações. Contudo, é também de realçar o cíclico adiamento do reconhecimento institucional da profissão de Animador. As notas que em nossa opinião importam ainda acentuar prendem-se com o seguinte: a mudança qualitativa da formação: de uma formação eminentemente prática, situada nas décadas de 70/80 evoluiu-se para uma formação teórico-prática de nível secundário (Animador técnico-profissional) e de nível superior (Animador técnico superior), a partir dos anos 90; nos anos 70 e 80 para a função de Animador era exigido possuir experiência no campo prático da Animação, nos anos 90 chega-se a Animador a partir de uma formação teórica auferida pelo espaço educativo formal e na maior parte das vezes sem contemplar a prática da Animação; a alteração operada em termos de sexo: de uma profissão esmagadoramente masculina nas décadas de 70/80, opera-se uma acentuada mudança a partir dos anos 90 em que se assiste a um domínio feminino da profissão; mudança no campo da intervenção: de um Animador militante e polivalente, evoluiu-se para um perfil técnico de Animador centrada num âmbito específico; alteração de rumo ao nível formativo: de uma formação de curta e média duração evoluiu-se para uma formação centrada num percurso formativo de nível universitário. A história da Animação Sociocultural transporta para o século XXI os dilemas ou as dialécticas presentes no século XX: a animação sociocultural é pertença dos animadores socioculturais? Animadores profissionais ou voluntários? Animação Sociocultural ou Animação Cultural?

## **5.3. Os grandes desafios do futuro**

Em termos de reflexão final constatamos os paradoxais sinais, deste tempo, que se colocam de forma central à Animação Sociocultural e aos Animadores Socioculturais e que condicionam a nossa intervenção junto das pessoas. Que futuro para a Animação Sociocultural e para os Animadores Socioculturais se o próprio termo não tem um reconhecimento Europeu uniformemente, lembramos as designações similares no espaço europeu, Alemanha (pedagogia social), Inglaterra (desenvolvimento comunitário), Espanha (educação social) ...

Contudo, os sinais sentidos neste século mostram-nos a necessidade da Animação Sociocultural e Animador Sociocultural cumpram os preceitos desta Pedagogia da participação e seguir a matriz traçada pelo pai da criatura André Malraux quanto nos finais dos anos 50 trouxe para o léxico da intervenção social o seu nome como forma de exortar os franceses para serem protagonistas do seu próprio desenvolvimento. Também nós, tendo em conta este referencial histórico, exortemos todas as Mulheres e Homens a erguerem-se e assumirem nas suas mãos o nosso futuro comum. Pelo exposto consideramos que a afirmação da Animação Sociocultural no século XXI tem de ser feita

em torno dos preceitos também difundidos pelo Pedagogo (Caride, 2014,p.82/83) “*A Animação Sociocultural, sempre necessária (...) Animar para transformar, começando pela necessidade de que a animação sociocultural tenha a oportunidade de se transformar a si mesma, ela pode ter mais sentido hoje do nunca...*” Reforçando este carácter de necessidade permanente, o referido Pedagogo reforça que para tal aconteça torna-se necessário que a Animação Sociocultural e os Animadores Socioculturais na sua intervenção favoreçam a autonomia individual, colectiva e consequentemente o desenvolvimento e empoderamento. O referido Pedagogo apresenta a tríade animação sociocultural – participação – desenvolvimento como pedra angular da intervenção futura. O Animador Sociocultural do Século XXI tem de ser uma estratégia para a transformação de seres passivos e espetadores resignados em atores do seu próprio desenvolvimento, de seres alienados e manipulados em Mulheres e Homens livres e críticos; o Animador do século XXI deve acreditar no potencial do ser humano e transportar na sua intervenção a utopia de que outro mundo é possível. Para o Animador Sociocultural de hoje e do futuro enunciamos 10 mandamentos que na nossa ótica se colocam aos Animadores e à Animação:

1.º Mandamento: Terminar com o pensamento unívoco: Está o atual poder político interessado no discurso crítico, solidário, pedagógico e defensor da autonomia, da educação para a participação, cidadania...? Na atualidade assiste-se à difusão do pensamento único que está nos antípodas da Animação Sociocultural;

2º Mandamento: A Formação de Animador Sociocultural: urge repensar a formação de Animadores Socioculturais para o nosso tempo. Nos anos 70 e 80 o quadro formativo foi o praticismo. Nos anos 90 e século XXI a formação centrou-se na dimensão académica; chega-se a Animador Sociocultural sem se ter práticas de Animação Sociocultural. As práticas comuns nos planos de estudos dos cursos que conhecemos são meras simulações afastadas da realidade da Animação Sociocultural;

3.º Mandamento: Mudança de Paradigma: o século XX trouxe emprego na área da Animação Sociocultural, o século XXI está a trazer trabalho e esta mudança de paradigma implica a criação de empresas nos diferentes âmbitos da Animação Sociocultural e consequentemente uma formação que responda a esta evidência;

4.º Mandamento: O Empreendedorismo na área da Animação Sociocultural. Não somos apologistas do neoliberalismo todavia reconhecemos e defendemos um empreendedorismo com dimensão social que prestigie a Animação Sociocultural e o Animador Sociocultural, coisa que a classe política do século XXI não faz (longe vão os tempos em que os políticos recomendavam a Animação Sociocultural como estratégia para o desenvolvimento);

5.º Mandamento: Trabalhar em Rede: urge a criação de empresas de Animação Sociocultural para intervir nos diferentes territórios e que contemplem os âmbitos emergentes da Animação Sociocultural;

6.º Mandamento: Ter consciência que formar Animadores Socioculturais implica conhecer a fundamentação, os paradigmas, os objetivos e a finalidade da Animação Sociocultural;

7.º Mandamento: As instituições formativas de Animadores Socioculturais devem criar cursos para alunos de ASC e não criarem unidades curriculares desfasadas da área e que apenas servem para dar horas a professores carenciados;

8.º Mandamento: A Felicidade Humana. Paradoxalmente à medida que são lançados no mercado de trabalho centenas de Animadores Socioculturais e outros trabalhadores sociais deparamos que as crianças, os jovens, os adultos e os idosos são armazenados em infantários, escolas, instituições e lares;

9.º Mandamento: Compromisso: a intervenção do Animador Sociocultural não é neutra, ela deve estar comprometida com o desenvolvimento social, cultural e educativo do ser Humano;

10º Mandamento: Ter Animo para animar a vida: é urgente o aparecimento de um associativismo que responda ao pulsar deste tempo, é urgente o encontro com a comunicação real e não apenas virtual, é urgente a amizade real e não apenas a amizade facebookiana, é urgente a apologia do viver em comunidade. Urge que o futuro tenha futuro.

*A mudança é a lei da vida. E aqueles que apenas olham para o passado ou para o presente irão com certeza perder o futuro.*

John Kennedy

## **Bibliografia**

Ander-Egg, Ezequiel. (1987): Perfil del Animador Sociocultural, Buenos Aires, Hymanitas.

Ander-Egg, Ezequiel. (1991): Metodología y Práctica de la Animación Sociocultural, Buenos Aires, Editorial Hvmánitas.

Ander-Egg, Ezequiel. (1992. 2.ª Edición): La Animación y los Animadores, Madrid, Narcea Ediciones.

Besnard, Pierre. (1991): La Animación Sociocultural, Barcelona, Paidós.

Caride, José António (2014) «Animación Sociocultural, participación y desarrollo». In. Fontes, Ana/ Jenny Sousa/ Lopes, Maria de São Pedro *Da participação na cultura à cultura da participação*, Óbidos, RIA de Portugal, p-p. 75-86.

Ettore, Gelpi. (1980): Animação Sociocultural e Educação Permanente/ Dialogo com Ettore Gelpi, In. Intervenção-Revista de Animação Sócio-Cultural.

Garcia, Orlando. (1975): Documento I da Divisão de Formação Técnica de Animação e Animadores, Lisboa, FAOJ ( texto Policopiado).

Garcia, Orlando. (1976): Documento II da Divisão de Formação técnica – Relatório sobre a formação de Animadores em Portugal, Lisboa, FAOJ (texto policopiado).

Jesus, Cecília. (1983): A Animação e o Animador. Lisboa, FAOJ (texto policopiado).

Lazos, C.G. (1992): Animadores de Juventude – os sistemas de Formação nos estados membros, Relatório elaborado para a Task Force Recursos Humanos, Educação Formação e Juventude. Bruxelas, Comissão das Comunidades Europeias. Texto Policopiado e divulgado pelo Instituto da Juventude.

Lopes, Marcelino de Sousa (2006): Animação Sociocultural em Portugal, Chaves, Intervenção.

Lopez, Paloma de Ceballos / Salas, Maria Larrazábal. (1991-3ªedição): Formacion de Animadores y Dinamicas de la Animacion, Madrid, Editorial Popular.

Miguel, Sara de Badesa. (1995): Perfil del Animador Sociocultural, Madrid, Narcea.

Ventosa, Victor. (1993): Fuentes de la Animación Sociocultural en Europa, Madrid, Editorial Popular.